

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

A elevada número de desempregos é, por todos, reconhecido como o maior flagelo que perpassa pela sociedade portuguesa.

Um drama que afeta, para além do próprio, famílias, regiões e o necessário equilíbrio socioeconómico nacional.

Com o intuito de responder à necessidade de aproximar as estruturas do estado a um conjunto de ações que possam minorar este flagelo, os sucessivos governos promoveram uma rede de parcerias pelo país, agora designadas por Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e anteriormente designadas de Unidades de Inserção na Vida Ativa (UNIVA).

Esta rede promovida por entidades públicas e privadas sem fins lucrativos credenciadas para prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho desenvolve, em estreita articulação com os serviços de emprego:

- ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
- captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;
- divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;
- divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu;
- controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego;
- encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
- apoio à inscrição *online* dos candidatos a emprego;
- ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS+
- informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social;
- outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.

A importância destas estruturas é notória na atividade desenvolvida por muitas delas, numa

altura em que os números do desemprego continuam extremamente elevados.

Foi, assim, com enorme surpresa que ficamos a saber da diminuição destas estruturas, nomeadamente na área de influência do Centro de Emprego de Barcelos.

Desde 2011 que existiam 6 GIP'S, distribuídos em igual número pelos concelhos de Barcelos e Esposende, que servem os cerca de 6.000 desempregados inscritos no Centro de Emprego, bem como um número elevado de jovens que procuram o primeiro emprego.

A alteração dos critérios por parte do atual governo e o conseqüente encerramento de dois Gabinetes de Inserção e Emprego no concelho de Esposende e, nomeadamente o da União de Freguesias de Apúlia e Fão afigura-se como de extrema gravidade.

Este GIP superou todos os objetivos contratualizados com o IEFP, com uma taxa de execução média de 130%.

Tendo realizado, em 2014:

- 170 Colocações de desempregados em ofertas de emprego;
- 1559 Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências e de empreendedorismo;
- 1445 Sessões de apoio à procura de emprego;
- 181 Receções e registos de emprego;
- 1133 Apresentações de desempregados a ofertas de emprego;
- 147 Integrações em ações de formação:

São números impressionantes, considerando que estamos a analisar o trabalho de apenas uma técnica.

Sendo que o único dos critérios que este GIP não preenche é o dos 5 anos de experiência, já que foi criado em 2011.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vêm os signatários, através de V. Exa., requerer esclarecimentos às seguintes questões:

1. Qual a razão para a mudança para 5 anos na experiência exigida aos GIP's, não sendo coerente com o que anteriormente definiram?
2. O cumprimento em mais de 130% de todos os objetivos contratualizados por parte do GIP da União de Freguesias de Apúlia e Fão, concelho de Esposende, não são dados suficientes para a renovação do referido GIP?
3. Considerando a elevada taxa de desemprego em toda a região e, concomitante, a importância deste tipo de estrutura de proximidade, está o governo disponível para manter estes GIP?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 10 de Julho de 2015

Deputado(a)s

MANUEL MOTA(PS)